



ACÓRDÃO Nº37/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11598/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Manoel Henrique Ribeiro (Ordenador de Despesa).
- 4- **Advogado:** Rodrigo Otavio Borges Melo - 6488, Anneson Frank Paulino de Souza - 11.981, Leandro Kazuyuki Takahashi - 12.343 e Luiz Alexandre Abreu D'abadia - 13.495.
- 5- **Órgão:** Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.
- 6- **Exercício:** 2018.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7351/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Manoel Henrique Ribeiro**, Gestor da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, referente ao exercício de 2018, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM pelas seguintes impropriedades:
 - 10.1.1. Ausência de inventário dos bens;
 - 10.1.2. Ausência de declaração de bens dos ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas;
 - 10.1.3. Ausência de controle interno;
 - 10.1.4. Informações incompletas nas notas explicativas do Balanço Patrimonial;
 - 10.1.5. Publicação extemporânea de extrato de termo aditivo.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr(a). Manoel Henrique Ribeiro** no valor de **R\$10.000,00** (Dez mil reais), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo -



ACÓRDÃO Nº37/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

FAECE, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Estadual nº 2.423/1996, devido a:

- 10.2.1. Ausência de inventário dos bens;
- 10.2.2. Ausência de declaração de bens dos ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas;
- 10.2.3. Informações incompletas nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. **Aplicar Multa ao Sr(a). Manoel Henrique Ribeiro** no valor de **R\$3.500,00** (Três mil e quinhentos reais), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso IV, da Lei Estadual nº 2.423/1996, devido ao não envio do número geral de servidores em atividade com as respectivas admissões. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. **Dar ciência ao Sr. Manoel Henrique Ribeiro do Acórdão.**

11- **Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- **Data da Sessão:** 28 de Janeiro de 2020

13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. **Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº37/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral